



CÂMARA MUNICIPAL
CAMPO NOVO DO PARECIS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 11 DE JULHO DE 2025.

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: Altera os arts. 281 e 286 da Lei Complementar nº 69, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Código de Vigilância em Saúde do Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 281 da Lei Complementar nº 69, de 16 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

“Art. 281. [...]

§ 6º Ficam isentos do pagamento da taxa de expedição ou renovação do Alvará Sanitário os profissionais que atuem na área da saúde e estejam vinculados a estabelecimento de assistência ou de interesse à saúde regularmente licenciado, desde que comprovado o vínculo empregatício nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho ou por meio de contrato formal de prestação de serviços.”

Art. 2º O inciso I do art. 286 da Lei Complementar nº 69, de 16 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 286. [...]

I – Aqueles que, ainda que situados no mesmo endereço e com idêntico ramo de atividade, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas diferentes, individualmente consideradas, mantendo-se a cobrança da taxa enquanto não houver comprovação do vínculo e das condições previstas no § 6º do art. 281 desta Lei.”

Art. 3º Os efeitos desta Lei Complementar retroagem ao dia 1º de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL
CAMPO NOVO DO PARECIS

Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, em 11 de julho de 2025.

WILLIAN FREITAS RODRIGUES

Presidente

JOAQUIM EQUIP

Vice Presidente

BEITO MACHADINHO

1º Secretário

ELIAS BARRIGA

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de alteração da Lei Complementar nº 69, de 16 de dezembro de 2015, que institui o Código de Vigilância em Saúde do Município de Campo Novo do Parecis, tem por finalidade promover justiça fiscal e adequação normativa ao contexto atual da atividade profissional na área da saúde.

A criação do § 6º no art. 281 tem como objetivo isentar do pagamento da taxa de expedição ou renovação do Alvará Sanitário os profissionais da saúde que estejam regularmente vinculados a estabelecimentos de assistência ou de interesse à saúde, devidamente licenciados. A medida visa evitar a bitributação ou ônus indevido sobre profissionais que já exercem suas atividades sob a responsabilidade técnica e sanitária do estabelecimento ao qual estão vinculados.

É sabido que muitos desses profissionais, embora atuem em ambientes já licenciados, são compelidos a arcar com o custo de alvarás individuais, o que se mostra desproporcional e desestimulante, especialmente diante do compromisso de manter a regularidade sanitária do estabelecimento principal.

A alteração do inciso I do art. 286 visa reforçar essa lógica, estabelecendo que a cobrança da taxa será mantida apenas nos casos em que não houver comprovação formal do vínculo com o estabelecimento licenciado, garantindo segurança jurídica à fiscalização e transparência no processo de isenção.

Por fim, a retroatividade dos efeitos da lei ao dia 1º de janeiro de 2025 atende ao princípio da anterioridade mitigada para tributos e reforça o caráter de justiça material da norma, evitando prejuízos àqueles que, de boa-fé, já se enquadrariam nas novas condições estabelecidas.

Com base na necessidade retroativa dos efeitos do referido Projeto de Lei, e ante a celeridade que o texto merece, requer seja encaminhado sob o regime de **URGÊNCIA ESPECIAL**.

Dessa forma, a presente proposta se mostra legítima, oportuna e tecnicamente adequada, contribuindo para o equilíbrio entre a arrecadação pública e o respeito aos direitos dos profissionais da saúde, incentivando, ao mesmo tempo, a formalização e a regularização sanitária no Município.